

 MUNICÍPIO DE CAICÓ SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e	Nº da Nota 000000032	Nº da Substituída
	Data/Hora de Emissão 03/03/2021 às 11:22:04	Competência MAR/2021
	Código de Verificação XRSC64907	Data Prest. de Serviço 03/03/2021

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CNPJ: 34.177.947/0001-94 **Inscrição Municipal:** 008.099-3
Razão Social: DANILLO DE BRITO LOPES SOC. INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Endereço: RUA RENATO DANTAS 448 59300-000 CENTRO AN DAR BI. 3º

Município: CAICÓ **UF:** RN
Telefone: 8499630022 84999630022 **E-mail:** ADVDANILOLOPES@HOTMAIL.COM

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: JOAO DA SILVA MAIA
CPF/CNPJ/PAS: 066.629.781-91 **Inscrição Municipal:**
Endereço: PALÁCIO DO CONGRESSO NACIONAL - PRAÇA DOS TRÊS PODERES-CAMARA DOS DEPUTADOS SN
Município: BRASILIA **UF:** DF
Telefone: 6132154439 **E-mail:** dep.joaomaia@camara.leg.br

SERVIÇOS

17.13-ADVOCACIA.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VLR. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE CONSULTORIA JURÍDICA EM APOIO AO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR DO DEPUTADO JOÃO MAIA PL/RN E ANÁLISE DO PROJETO DE LEI 4476/2020 QUE "DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES RELATIVAS AO TRANSPORTE DE GÁS NATURAL, DE QUE TRATA O ART. 177 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E SOBRE AS ATIVIDADES DE ESCOAMENTO, TRATAMENTO, PROCESSAMENTO, ESTOCAGEM SUBTERRÂNEA, ACONDICIONAMENTO, LIQUEFAÇÃO, REGASEIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS NATURAL; ALTERA AS LEIS NºS 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, E 9.847, DE 26 DE OUTUBRO DE 1999; E REVOGA A LEI Nº 11.909, DE 4 DE MARÇO DE 2009, E DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002". REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO/2021. OS VALORES CONSTANTES NESTA NOTA FISCAL FORAM QUITADOS EM 03/03/2021.	1.0	4.000,00	4.000,00

VALOR TOTAL DA NFS-e R\$: 4.000,00

Deduções (R\$) 0,00	Base Cálculo (R\$) 4.000,00	Alíquota (%) 2,00	Valor do ISS (R\$) 80,00	Outras Retenções (R\$) 0,00
INSS (R\$) 0,00	IRPJ (R\$) 0,00	CSLL (R\$) 0,00	COFINS (R\$) 0,00	PIS/PASEP (R\$) 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL; NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI.